

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Termo de Referência 126/2025

Informações Básicas

Número do artefato UASG	Editado por	Atualizado em
126/2025	158517-UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL MARCIO RODRIGO DE OLIVEIRA	05/11/2025 13:00 (v 0.11)
Status		
CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes	151/2025	23205.024791/2025-29

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Veículo tipo VAN - zero quilômetro, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LISTA DOS MATERIAIS					
Item	Especificação do Material	Unid.	Quant.	Valor	Total
NÃO ASSOCIADO(S) A LOTE/GRUPO					R\$ 446.966,67
1	5252002100002	UNIDADE	1	R\$ 446.966,67	446.966,67
VEÍCULO - VAN 19 PASSAGEIROS					
DESCRITIVO TÉCNICO – VAN 19+1 PASSAGEIROS (MODELO BÁSICO) VEÍCULO TIPO VAN, NOVO, ZERO QUILOMETRO, ANO/MODELO MÍNIMO 2023/2024, COR SÓLIDA, CAPACIDADE MÍNIMA PARA 19 PASSAGEIROS + 1 MOTORISTA (19+1), MOTOR A DIESEL, QUATRO CILINDROS EM LINHA, TURBOALIMENTADO, 2.0 LITROS, POTÊNCIA MÍNIMA DE 150 CV E TORQUE MÍNIMO DE 360 NM, CONFORME NORMAS PROCONVE P8. TRANSMISSÃO: MANUAL, COM NO MÍNIMO 6 MARCHAS À FRENTE E 1 À RÉ. TRAÇÃO: TRASEIRA. DIREÇÃO: ELÉTRICA. SUSPENSÃO DIANTEIRA: INDEPENDENTE, COM MOLAS TRANSVERSAIS PARABÓLICAS, AMORTECEDORES HIDRÁULICOS E BARRA ESTABILIZADORA. SUSPENSÃO TRASEIRA: EIXO RÍGIDO COM MOLAS PARABÓLICAS, AMORTECEDORES HIDRÁULICOS E BARRA ESTABILIZADORA. FREIOS: A DISCO EM TODAS AS RODAS, COM DISCOS DIANTEIROS AUTOVENTILADOS. PNEUS: MÍNIMO 195/75 R16C. DIMENSÕES E CAPACIDADE: DISTÂNCIA ENTRE EIXOS: MÍNIMA DE 4.325 MM COMPRIMENTO TOTAL: 7.367 MM (APROX.) ALTURA INTERNA ÚTIL MÍNIMA: 1.840 MM LARGURA SEM ESPELHOS: 2.020 MM PESO BRUTO TOTAL (PBT): 5.000 KG TANQUE DE COMBUSTÍVEL: MÍNIMO 71 LITROS + TANQUE DE ARLA 22 LITROS VELOCIDADE MÁXIMA: 157 KM/H SEGURANÇA: PROGRAMA ELETRÔNICO DE ESTABILIDADE (ESP ADAPTATIVO 9I®), ASSISTENTE ATIVO DE FRENAGEM (ABA – ACTIVE BRAKE ASSIST), ASSISTENTE DE PARTIDA EM RAMPa E ALERTA DE FADIGA, AIRBAGS PARA MOTORISTA E ACOMPANHANTE, LUZES DE FREIO ADAPTATIVAS E TACÓGRAFO, ITENS BÁSICOS DE SÉRIE: AR-CONDICIONADO FRONTAL E TRASEIRO, RÁDIO AM/FM COM CONEXÃO BLUETOOTH, ENTRADA USB-C NAS FILEIRAS DE BANCOS, VIDROS DIANTEIROS ELÉTRICOS, RETROVISORES EXTERNOS ELÉTRICOS, FECHAMENTO CENTRAL					

DAS PORTAS COM CONTROLE REMOTO, FARÓIS DE NEBLINA E LUZES DE CIRCULAÇÃO DIURNA LICENCIAMENTO E DOCUMENTAÇÃO: O VEÍCULO DEVERÁ SER ENTREGUE DEVIDAMENTE EMPLACADO, LICENCIADO E COM CRLV (CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO) EM NOME DA INSTITUIÇÃO CONTRATANTE, SEM ÔNUS ADICIONAL AO ÓRGÃO PÚBLICO. OBS: O MODELO A SER ENTREGUE DEVE SER PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS "ORIGINAL" DE FÁBRICA;			
CATMAT/CATSER: 606254			
Quant. Int.			
158517 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	1	R\$ 446.966,67	

- 1.2. Na hipótese de haver diferença entre a descrição dos itens registrados no Portal de Compras e as especificações constantes no Termo de Referência, deverão ser consideradas as especificações do Termo de Referência.
- 1.3. O bem objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 (meses) contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual (2025), conforme detalhamento a seguir:
- I) ID PCA no PNCP: [...]; 11234780000150-0-000002/2025;
 - II) Data de publicação no PNCP: [...]; 16/01/2025;
 - III) Identificador da Futura Contratação: [...]: 151/2025

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. De acordo com as orientações constantes no **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da DECOR/CGU /AGU, 7ª Edição de outubro/2024**, recomendamos que a Contratada, observe, **no que couber**, boas práticas de sustentabilidade baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, em atenção ao disposto no artigo 5º e 11º da Lei nº 14.133/2021, tais como:

- a) Utilizar preferencialmente materiais, produtos ou serviços que apresentem menor impacto ambiental;
- b) Adotar medidas de redução de uso de recursos naturais (água e energia elétrica) e redução da poluição ambiental, sempre que possível;
- c) Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de destinação ambiental adequada dos resíduos decorrentes da fabricação de produtos ou execução dos serviços;
- d) Treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdício e da poluição;

4.2. Preferencialmente, ofertar veículo com Classificação de Emissão de Poluentes “A”.

4.3. Os critérios de sustentabilidade elencados não exauzem o rol de possibilidades de medidas e cuidados, que podem ser realizados para proteção do meio ambiente e promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

4.4. A contratação está em consonância com o Plano de Logística Sustentável da UFFS.

Indicação de marcas ou modelos

4.5. A indicação de marca e modelo na especificação, quando eventualmente utilizadas, servem como parâmetro de qualidade, admitida tão somente para facilitar a descrição do objeto a ser licitado e munir as empresas participantes da licitação com informações relativas ao padrão de qualidade mínimo almejado pela UFFS.

4.6. Para todos os itens que apresentam a indicação de marca como referência de qualidade ou facilitação da descrição do objeto, foram seguidas das expressões “ou equivalente”, “ou similar” e “ou de melhor qualidade” (Acórdão 2300/2007 Plenário).

Subcontratação

4.7. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.8. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021;

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de **30 (trinta) dias**, contados do recebimento da nota de empenho pelo fornecedor, em remessa única.

5.2. O bem deverá ser entregue no seguinte endereço:

- **Campus Laranjeiras do Sul:** Rodovia BR 158, Km 405, Zona Rural. Caixa Postal 106. CEP 85.301-970. Laranjeiras do Sul (PR).

5.3. A entrega do material deverá ser feita em horário de expediente, de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h

5.4. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **5 (cinco) dias** de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.6. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.7. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.8. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.8.1 O licitante deverá indicar a rede de assistência técnica autorizada/especializada do fabricante (nome, endereço, telefone), em Laranjeiras do Sul/PR, ou em um raio de até 150 km, para garantir as manutenções preventivas e/ou corretivas durante o período da garantia estipulada.

5.9. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.10. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.11. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.12. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.13. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.14. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.15. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.16. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

6.1.1. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato /Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital.

6.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.5. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a **25 (vinte e cinco) dias** para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **45 (quarenta e cinco) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. O bem será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. O bem poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo de **10 (dez) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **6 (seis) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **3 (três) dias úteis**.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 25/09/2025.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

9.1.1. O Licitante, quando convocado, deverá cadastrar junto à Proposta de Preços, Termo de declarações complementares da contratação, conforme modelo anexo do Edital.

9.1.2. Para atender aos critérios de sustentabilidade dos itens desta contratação, nos termos dos artigos 5º e 11º da Lei nº 14.133/2021 e legislação correlata, conforme orienta o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da DECOR /CGU/AGU, 7ª Edição de outubro/2024, **o Licitante, quando convocado, deverá cadastrar junto à Proposta de Preços**, sob pena de desclassificação da proposta, as seguintes comprovações:

9.1.2.1. **Comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP)** relativo à(s) categoria(s) descrita(s) a seguir, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA Nº 13, de 23/08/2021, e legislação correlata:

a) Item 01

Categoria 06: Indústria de Material de Transporte

Código FTE IBAMA - 06-1: Fabricação e montagem de veículos rodoviários e ferroviários, peças e acessórios

9.1.2.1.1. **A comprovação de regularidade no CTF se refere à atividade do fabricante do produto que será ofertado pelo licitante.** Assim, caso o licitante não seja o próprio fabricante, deverá verificar em consulta pública ao site do **IBAMA** (IBAMA > Serviços On-Line > Certificado de Regularidade), se o fabricante da marca que está sendo ofertada na licitação possui CTF de acordo com a FTE informada e, enviar juntamente com sua proposta o print de tela ou PDF que comprove o cadastro;

9.1.2.1.2. **Caso não seja possível a obtenção do registro no CTF/APP**, a licitante poderá apresentar outras licenças ambientais do fabricante, em nível municipal e/ou estadual, desde que correlatas à natureza do objeto pretendido pela Administração, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021.

9.1.2.1.3. **Caso o fabricante esteja dispensado do registro ambiental solicitado**, por força de dispositivo legal ou por se tratar de fabricação estrangeira, o licitante deverá declarar expressamente essa condição na proposta de preços e anexar junto a esta, o documento comprobatório;

9.1.2.1.4. **Caso se trate de produtos de fabricação estrangeira**, a Licitante deverá declarar expressamente essa condição na proposta de preços;

9.1.2.2. Caso não se confirme a adequação da certificação ambiental do produto, a proposta selecionada será desclassificada.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.21. De acordo com a análise do vulto e complexidade da contratação, não será exigida a aplicação dos requisitos da qualificação econômica financeira, conforme estabelece o Art. 70, III, da Lei nº 14.133, de 2021;

Qualificação Técnica

9.22. Não será exigida qualificação técnica.

Disposições gerais sobre habilitação

9.23. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.24. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.25. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.26. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.27. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 446.966,67 (quatrocentos e quarenta e seis mil e novecentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Número do TED SIMEC: 15747

UG/Gestão Descentralizadora: 150011 / 00001 / Secretaria de Educação Superior

UO Descentralizadora: 150011 / 00001 / Secretaria de Educação Superior

Objeto: Aquisição de equipamentos e bens permanentes.

Valor do TED: R\$ 400.000,00

Detalhamento do crédito orçamentário dos recursos previstos na LOA 2025 da UFFS

Programa de Trabalho: 12.364.5113.20RK.0040

Ação Governo: 20RK

Indicador de Ação Governo: Atividade

Programa de Trabalho Resumido: 231864

Fonte de Recursos: 1000000000

Natureza da Despesa: 449052

Plano Interno:MD090N6000N

Valor: R\$ 46.966,67

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

12.2. Integram este Termo de Referência, para todos os efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - ETP DIGITAL

ANEXO II - MAPA DE RISCOS

Laranjeiras do Sul, 05 de Novembro de 2025.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

13.1. Considerando a existência de obrigações futuras, para esta contratação será adotado o Termo de Contrato que estabelecerá as cláusulas, condições, direitos e obrigações das partes contratantes.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

O presente anexo não será utilizado para fins de coleta de concordância do contratado quanto às regras, condições e obrigações estabelecidas neste Termo de Referência e em seus anexos, uma vez que não haverá substituição do termo de contrato por instrumento equivalente.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARCIO RODRIGO DE OLIVEIRA

Equipe de apoio

ELEAZER FELIPE DO PRADO

Equipe de apoio

FABIANA DOS SANTOS OLIVEIRA

Membro da comissão de contratação

RONALDO JOSE SERAMIM

Membro da comissão de contratação

WILLIAM PLETSCH DOS SANTOS

Membro da comissão de contratação

FABIO LUIZ ZENERATTI

Autoridade competente

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Estudo Técnico Preliminar 84/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 23205.024791/2025-29

2. Descrição da necessidade

2.1 Descrição da necessidade administrativa: Trata-se de estudos preliminares referente à aquisição de um veículo tipo van, que visa atender à crescente demanda por deslocamentos de alunos, docentes e técnicos do Campus Laranjeiras do Sul da UFFS em atividades acadêmicas, extensionistas e administrativas.

Atualmente, o campus conta com apenas uma van (ano 2011), que apresenta alto custo de manutenção, quilometragem elevada (196.259 km), histórico de sinistro (nº 01311801894/2019) e problemas mecânicos recorrentes, incluindo falha crônica na bomba de injeção.

A demanda tem origem na necessidade institucional de modernização da frota e garantia de segurança, confiabilidade e economicidade no transporte de servidores, alunos e técnicos em atividades de ensino, pesquisa e extensão. A van existente encontra-se com alto custo de manutenção, com gastos que somaram R\$ 34.897,14 entre 2022 e 2024, aproximadamente 31% do valor de mercado do veículo (FIPE – jun/2025).

Em 2024, o veículo percorreu mais de 16.000 km, demonstrando a intensa utilização e importância do transporte institucional.

2.2. Prejuízo institucional pelo não atendimento da demanda: A indisponibilidade de transporte compromete o planejamento e execução de atividades pedagógicas e administrativas, incluindo visitas técnicas, ações extensionistas previstas pela curricularização da extensão, eventos interinstitucionais e capacitações. O não atendimento compromete diretamente a missão da UFFS.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA	WILLIAM PLETSCH DOS SANTOS

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 Da natureza do objeto: O objeto a ser contratado é comum, assim considerado por possuir padrão de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos no Termo de Referência, por meio de especificações usuais no mercado, na forma do inciso XIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021.

4.2 Do prazo de entrega/execução: O prazo para entrega do material é de 30 (trinta) dias corridos a contar do recebimento da nota de empenho por parte do fornecedor.

4.3 Qualificação técnica da Contratada: considerando a natureza do item que será licitado, não se faz necessária descrição de qualificação técnica da contratada;

4.4 Garantia do produto: O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

4.5 Assistência Técnica: O licitante deverá indicar a rede de assistência técnica autorizada/especializada do fabricante (nome, endereço, telefone), em **Laranjeiras do Sul**, ou em um raio de até 150 km, para garantir as manutenções preventivas e/ou corretivas durante o período da garantia estipulada.

A exigência de que o licitante indique rede de assistência técnica autorizada ou especializada do fabricante justifica-se pela **necessidade de garantir o pleno atendimento às manutenções preventivas e/ou corretivas.**

Considerando que a aquisição se refere a um **bem de grande porte e alto valor agregado** – uma van com capacidade para 19 passageiros – é imprescindível que eventuais problemas técnicos ou revisões periódicas possam ser resolvidos **com rapidez, segurança e dentro dos padrões exigidos pelo fabricante.** A existência de assistência técnica próxima:

- **Reduz o tempo de indisponibilidade do veículo**, assegurando sua plena utilização nas atividades-fim da instituição;
- **Evita custos adicionais com deslocamento** para atendimento em localidades distantes;
- **Garante a manutenção da garantia de fábrica**, uma vez que os serviços serão realizados por profissionais autorizados, com uso de peças originais e de acordo com os procedimentos técnicos recomendados.

4.6 Treinamento de uso: não se aplica.

4.7 Formalização contratual: não se aplica.

4.8 Qualificação econômico-financeira: não se aplica.

4.9 Outros requisitos atinentes ao objeto da contratação: A solução deve atender às normas e critérios de sustentabilidade, conforme Manual de Contratações Sustentáveis da AGU.

4.10 Requisitos de execução do objeto: Van 19+1 passageiros (modelo básico) veículo tipo van, novo, zero quilômetro, ano /modelo mínimo 2023/2024, cor sólida, capacidade **mínima** para 19 passageiros + 1 motorista (19+1), motor a diesel, quatro cilindros em linha, turboalimentado, 2.0 litros, **potência mínima de 150 cv e torque mínimo de 360 nm**, conforme normas PROCONVE P8. Transmissão: manual, com no mínimo 6 marchas à frente e 1 à ré. Tração: traseira. Direção: elétrica. Suspensão dianteira: independente, com molas transversais parabólicas, amortecedores hidráulicos e barra estabilizadora. Suspensão traseira: eixo rígido com molas parabólicas, amortecedores hidráulicos e barra estabilizadora. Freios: a disco em todas as rodas, com discos dianteiros autoventilados. Pneus: mínimo 195/75 r16c. Dimensões e capacidade: distância entre eixos: mínima de 4.325 mm comprimento total: 7.367 mm (aprox.) Altura interna útil mínima: 1.840 mm largura sem espelhos: 2.020 mm peso bruto total (pbt): 5.000 kg tanque de combustível: mínimo 71 litros + tanque de arla 22 litros velocidade máxima: 157 km/h segurança: programa eletrônico de estabilidade (esp. adaptativo 9i®), assistente ativo de frenagem (aba – active brake assist), assistente de partida em rampa e alerta de fadiga, airbags para motorista e acompanhante, luzes de freio adaptativas e tacógrafo, itens básicos de série: ar-condicionado frontal e traseiro, rádio am/fm com conexão bluetooth, entrada usb-c nas fileiras de bancos, vidros dianteiros elétricos, retrovisores externos elétricos, fechamento central das portas com controle remoto, faróis de neblina e luzes de circulação diurna licenciamento e documentação: o veículo deverá ser entregue devidamente emplacado, licenciado e com CRLV (Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo) em nome da instituição contratante, sem ônus adicional ao órgão público.

Obs: o modelo a ser entregue deve ser para transporte de passageiros "original" de fábrica;

4.11 Catálogo Eletrônico de Padronização: foi consultado o catálogo eletrônico de padronização da Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, porém não há disponível tais padronizações para a demanda deste ETP.

4.12 Prazo de vigência contratual: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.13 Justificativa para indicação de marca ou modelo: Não houve indicação de marcas ou modelos no sentido de padronização institucional.

4.14 Subcontratação: Não se aplica.

- 4.15 Exigências de habilitação:** habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista conforme legislação pertinente.
- 4.16 Local de entrega:** Campus Laranjeiras do Sul: Rodovia BR 158, Km 405, Zona Rural. Caixa Postal 106. CEP 85.301-970. Laranjeiras do Sul (PR).
- 4.17 Qualificação do produto:**
- O veículo a ser adquirido deve atender às exigências legais e regulamentares aplicáveis. Por se tratar de veículo automotor novo (zero quilômetro), deve estar devidamente registrado junto ao DETRAN, com emissão de Certificado de Registro de Veículo (CRV) e Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV). Além disso, deve atender às normas de segurança e desempenho estabelecidas pelo CONTRAN (Resoluções vigentes), possuir selo do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBEV/INMETRO) e certificado de conformidade com a legislação ambiental brasileira referente a emissões veiculares (PROCONVE L-7).
- 4.18 Atendimento ao Princípio da Padronização:** A presente contratação visa à aquisição de um veículo tipo **van com capacidade para 20 passageiros**, cujo descritivo técnico foi definido com base em critérios de **uniformidade, racionalização e compatibilidade** com os padrões já consolidados no âmbito da Instituição. A adoção deste modelo de veículo atende ao **Princípio da Padronização**, previsto na legislação de compras públicas, ao buscar a **uniformidade de especificações**, evitando a multiplicação desnecessária de modelos, marcas ou versões que comprometam a eficiência na gestão da frota, dificultem o processo de manutenção ou elevem os custos operacionais. A escolha do descritivo técnico se justifica por contemplar **parâmetros equivalentes ou superiores aos padrões atualmente utilizados** pela Instituição, garantindo a continuidade dos serviços de transporte com segurança, conforto e desempenho adequado às necessidades institucionais. Além disso, a padronização contribui para **facilitar o treinamento de condutores, otimizar a logística de peças e insumos**, e assegurar **maior previsibilidade na manutenção preventiva e corretiva** dos veículos.
- 4.19 Qualificação técnica da empresa:** considerando a natureza do item que serão licitados, não se faz necessária descrição de qualificação técnica da contratada.
- 4.20 Participação de consórcio/cooperativa:** Será permitida a participação de consórcios e cooperativas, desde que atendam integralmente às exigências do edital e apresentem documentação comprobatória de regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária. No caso de consórcio, deverá ser indicado o líder responsável pela representação legal e pela execução do contrato, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.
- 4.21 Margem de Preferência:** Em consulta ao anexo da Resolução SEGES-CICS/MGI nº 4, de 18 de outubro de 2024, verificou-se que não há código CSM correspondente ao objeto da presente contratação no Catálogo de Serviços e Materiais (CSM). Dessa forma, não será aplicada a margem de preferência prevista para o material da contratação.

5. Levantamento de Mercado

5.1 Soluções disponíveis no mercado:

Descrição detalhada da solução		Valor estimado
Solução 1	Locação de veículo com condutor	
Solução 2	MobGov	
Solução 3	Aquisição de veículo	R\$ 430.000,00

A **Solução 1** consiste na contratação de serviço terceirizado de transporte, com fornecimento de veículo tipo van e condutor, destinado à realização de viagens para atender às demandas do Campus Laranjeiras do Sul, especialmente em situações em que os veículos oficiais não suprem completamente as necessidades institucionais, como o transporte de pessoas e materiais.

Em novembro de 2024, a UFFS realizou o Pregão Eletrônico nº 90016/2024, que previa a contratação de veículo tipo van, novo ou seminovo, com no máximo 10 (dez) anos de uso, contados a partir da data de fabricação, com capacidade mínima para 15 (quinze) passageiros sentados. O veículo deveria estar equipado com direção hidráulica, bancos reclináveis tipo “soft” voltados para frente, ar-condicionado, sistema de som (AM/FM/CD) e demais acessórios exigidos pelo CONTRAN. O valor estimado para a contratação foi de R\$ 5,52 por quilômetro rodado, além de R\$ 24,10 por hora de motorista. Todavia, não houve recebimento de propostas, inviabilizando a efetivação da contratação por essa modalidade naquele momento.

Adicionalmente, observa-se que o custo estimado para essa solução é significativamente superior ao verificado com o uso da frota própria. Nos anos de 2022 e 2023, o custo médio do quilômetro rodado da van pertencente à universidade foi inferior a R\$ 2,00 /km, o que demonstra uma diferença considerável de economicidade entre as opções. Diante disso, e considerando a ausência de propostas no certame, essa solução apresenta viabilidade reduzida, tanto do ponto de vista operacional quanto orçamentário.

A **Solução 2**, ainda em fase de consolidação, para a realização de transporte institucional é o MobGov, serviço de transporte sob demanda desenvolvido pelo Governo Federal, que substituiu o modelo anterior TáxiGov. A plataforma permite a contratação de deslocamentos pontuais por meio de sistema digital com fornecedores previamente credenciados, sendo o serviço solicitado por aplicativo ou via web. A cobrança ocorre por corrida realizada, conforme demanda e tabela de preços praticada pelas empresas participantes.

Atualmente no Estado do Paraná, o MobGov é atendido pelas empresas Rádio Táxi Araucária, com cobertura nos municípios de Araucária, Contenda, Campo Largo, Fazenda Rio Grande e Lapa, e Mega Táxi Brasil, com atuação em Curitiba, São José dos Pinhais, Pinhais, Londrina, Maringá, Cascavel e Ponta Grossa. Observa-se, portanto, uma cobertura concentrada em grandes centros urbanos e regiões metropolitanas.

No caso do Campus Laranjeiras do Sul, localizado em região sem cobertura pelas empresas contratadas, essa solução apresenta baixa viabilidade operacional. Além disso, o serviço ainda não contempla o transporte coletivo de grupos ou de equipamentos, o que limita sua aplicabilidade diante das necessidades recorrentes do campus. Diante desses fatores, o MobGov foi descartado como solução viável para o atendimento da presente demanda.

A **Solução 3**, consiste na aquisição de uma van nova (zero quilômetro) com capacidade mínima para 19 lugares atendendo aos critérios técnicos de desempenho, conforto, segurança e economicidade, especialmente para a realização de viagens de longa distância envolvendo estudantes e servidores em atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de atividades administrativas.

A adoção de um novo veículo visa complementar a frota existente, oferecendo maior confiabilidade e segurança em trajetos mais exigentes, nos quais há maior risco de falhas mecânicas e maior necessidade de conforto e eficiência operacional.

5.2 Da solução escolhida: Considerando as opções disponíveis no mercado e os levantamentos técnicos realizados, a aquisição de uma nova van representa a solução mais vantajosa do ponto de vista técnico e econômico. Além de contribuir para a continuidade das atividades institucionais, essa alternativa oferece maior autonomia na gestão da frota, reduzindo riscos operacionais e custos indiretos relacionados a manutenções corretivas, indisponibilidade de transporte.

Dessa forma, a Solução 3 é a opção escolhida e a ser adotada pela UFFS, por representar a alternativa mais adequada e eficiente para o atendimento das necessidades institucionais do Campus Laranjeiras do Sul.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 Aquisição de 01 (um) veículo tipo van, com capacidade para o transporte de no mínimo 19 (dezenove) passageiros sentados, visando atender às necessidades institucionais do Campus Laranjeiras do Sul da UFFS, especialmente em atividades de ensino, pesquisa e extensão que envolvam deslocamentos de médias e longas distâncias.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 1 (um) veículo tipo van, com capacidade para o transporte de no mínimo 19 (dezenove) passageiros.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 435.000,00

O valor estimado da contratação é de R\$ 435.000,00 (quatrocentos e trinta e cinco mil reais).

Deste montante, R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) foram obtidos via Termo de Execução Descentralizada nº 15747, proveniente de emenda parlamentar. O restante do recurso é proveniente do orçamento desconcentrado ao campus.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Considerando que a necessidade institucional prevê a contratação de apenas um item, a solução possui caráter indivisível, não cabendo, portanto, a previsão de parcelamento do objeto.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A necessidade institucional do presente Estudo não possui relação com outras contratações da Instituição, inclusive futuras.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 A contratação pretendida está prevista no PCA-2025, cujos números de identificação são: Projeto de Compras 151/2025 e o DFD 350/2025;

PLANO DE AÇÃO DA UFFS	
Código do Plano de Ação	Objetivo da Ação Institucional
TED 15747	Aquisição de Equipamentos - Emenda 30410006 - Aliel Machado UFFS

11.2 Alinhamento do PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

Objetivo 10 – Gestão Universitária para apoio ao Ensino, à Pesquisa, Extensão e Cultura

Objetivo específico 4 – Prover, com os campi da UFFS, os serviços de transporte institucionais

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Pretende-se com a presente aquisição a modernização da frota, redução de custos com manutenção, aumento da segurança e confiabilidade nos deslocamentos, cumprimento de ações de extensão, ensino e pesquisa, conforme o PDI da UFFS.

13. Providências a serem Adotadas

Não há necessidade de infraestrutura adicional para recepção do veículo. O setor de transportes está capacitado para gestão e operação do novo bem.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A indicação precisa dos critérios sustentáveis e boas práticas de sustentabilidade para cada item deste estudo será realizada no Termo de Referência, com base nas orientações constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da DECOR/CGU/AGU e no Plano de Logística Sustentável da UFFS;

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação, com base no presente estudo técnico preliminar, considerando a disponibilidade de recurso via TED, a urgência da demanda e a solução apresentada como adequada técnica e economicamente.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARCIO RODRIGO DE OLIVEIRA

Equipe de apoio

ELEAZER FELIPE DO PRADO

Equipe de apoio

RONALDO JOSE SERAMIM

Membro da comissão de contratação

WILLIAM PLETSCH DOS SANTOS

Membro da comissão de contratação

FABIANA DOS SANTOS OLIVEIRA

Membro da comissão de contratação

FABIO LUIZ ZENERATTI

Diretor Campus Laranjeiras do Sul

Matriz de Gerenciamento de Riscos 94/2025

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos	Responsável pela Edição	Data de Criação
94/2025	MARCIO RODRIGO DE OLIVEIRA	25/08/2025 16:26
Objeto da Matriz de Riscos		
Aquisição de Veículo tipo van furgão para transporte de 19 passageiros e 1 motorista - Zero Quilômetro		

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Item fracassado na licitação	Preços incompatíveis com os praticados no mercado;	Planejamento	Administração	Baixo	
Impactos						
1	Prejuízo para a execução das atividades para as quais os equipamentos e/ou materiais destinavam-se.					
Ações Preventivas						
P-01	Realizar a pesquisa de preço em data mais próxima possível daquela em que será realizado o pregão, considerando o valor praticado pelo mercado; Responsável: MARCIO RODRIGO DE OLIVEIRA					
P-02	Contribuir com a divulgação do processo licitatório junto aos fornecedores consultados e/ou que já atendem a instituição. Responsável: MARCIO RODRIGO DE OLIVEIRA					
Ações de Contingência						
C-01	Estudar formas de ampliar a divulgação dos processos licitatórios, para estimular a participação de mais fornecedores. Responsável: MARCIO RODRIGO DE OLIVEIRA					

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Inexecução total ou parcial do objeto pelo fornecedor	O fornecedor não entrega o objeto do empenho total ou parcialmente	Gestão de Contrato	Administração	Alto	
Impactos						
1	Prejuízo para o solicitante, que fica sem o bem necessário para a execução da atividade para a qual destinava-se.					
Ações Preventivas						
P-01	Acompanhar a execução do empenho e, em caso de atraso na entrega, informar ao fornecedor sobre a necessidade de atender as obrigações informadas no Termo de Referência. Responsável: MARCIO RODRIGO DE OLIVEIRA					
Ações de Contingência						
C-01	Realizar a notificação do fornecedor e, em caso de descumprimento da obrigação, providenciar a abertura de processo administrativo sancionador. Responsável: MARCIO RODRIGO DE OLIVEIRA					

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Atraso na entrega do veículo	Problemas logísticos do fornecedor, indisponibilidade de estoque ou atraso na fabricação.	Gestão de Contrato	Administração	Médio	
Impactos						
1	Comprometimento das atividades acadêmicas, extensionistas e administrativas dependentes dos transportes.					
Ações Preventivas						
P-01	Inserir cláusula contratual com prazo máximo para entrega e penalidades por atraso; acompanhamento periódico do status de entrega junto ao fornecedor. Responsável: MARCIO RODRIGO DE OLIVEIRA					
Ações de Contingência						
C-01	Acionar plano de transporte alternativo (locação emergencial) até a entrega definitiva. Responsável: MARCIO RODRIGO DE OLIVEIRA					

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-04	Especificações inadequadas do veículo	Termo de referência com falhas ou insuficiência técnica. Impacto: Aquisição de veículo que não atende às necessidades da universidade.	Planejamento	Administração	Médio	
Impactos						
1	Aquisição de veículo que não atende às necessidades da universidade.					

Ações Preventivas		
P-01	Revisão técnica do TR por equipe multidisciplinar.	Responsável: MARCIO RODRIGO DE OLIVEIRA
Ações de Contingência		
C-01	Discussão para melhoria do descritivo e busca de informações em outros processos licitatórios.	Responsável: MARCIO RODRIGO DE OLIVEIRA

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Nenhum responsável assinante incluído.



F0053 - TERMO DE REFERÊNCIA Nº 9/2025 - COMP - LS (10.42.10.08)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 05/11/2025 14:01)

ELEAZER FELIPE DO PRADO

CONTADOR

ASSLOS - LS (10.42.10.06)

Matricula: ###423#3

(Assinado digitalmente em 05/11/2025 16:42)

FABIANA DOS SANTOS OLIVEIRA

CHEFE - TITULAR

ASSGAS - LS (10.42.10.03)

Matricula: ###720#3

(Assinado digitalmente em 05/11/2025 16:51)

FABIO LUIZ ZENERATTI

DIRETOR DE UNIDADE - TITULAR

CLS (10.42)

Matricula: ###701#0

(Assinado digitalmente em 05/11/2025 16:52)

MARCIO RODRIGO DE OLIVEIRA

ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO

ASSLOS - LS (10.42.10.06)

Matricula: ###655#5

(Assinado digitalmente em 05/11/2025 14:00)

RONALDO JOSE SERAMIM

ADMINISTRADOR

ASSGAS - LS (10.42.10.03)

Matricula: ###032#9

(Assinado digitalmente em 05/11/2025 13:32)

WILLIAM PLETSCH DOS SANTOS

COORDENADOR GERAL - TITULAR

ADM - LS (10.42.10)

Matricula: ###243#3

Visualize o documento original em <https://sipac.uffrs.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: 9,
ano: 2025, tipo: **F0053 - TERMO DE REFERÊNCIA**, data de emissão: 05/11/2025 e o código de verificação:
e16828df2c